

ACTA Nº 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 24 de Junho de 2011

No dia vinte e quatro de Junho do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos e respectiva adenda, enviadas no dia 08/06/2011 e 15/06/2011 respectivamente:

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 15 de Abril de 2011;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – AMAT / Relatório de Gestão e Contas de 2010;

4.3 – Liga dos Amigos do Hospital de Chaves / Relatório e Contas de Gerência de 2010;

4.4 – ADERE Peneda Gerês / Relatório e contas do Exercício de 2010;

4.5 – EHATB / Relatório e Contas do Exercício de 2010;

4.6 – Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre;

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calado Calvão, Nuno Alves Pereira, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Rui Mário Miranda Alves, Sónia Margarida Dourado

Fernandes, José Miranda Alves, Márcio Abreu Carvalho Azevedo, Domingos Dias Afonso, António Gregório Azevedo Dias e Paulo Luciano da Silva Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Alves Pereira, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Ana Maria Barros Martins, Rui Mário Miranda Alves, Sónia Margarida Dourado Fernandes, Sandra Rua Gonçalves, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Jorge Araújo Fernandes, Manuel Azevedo Antunes, António Fernando Barroso Miranda, António Gregório Azevedo Dias e Domingos Branco da Costa

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Luis Filipe Afonso Carril, Francisco Afonso Surreira e João Gonçalves dos Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Adelino Augusto Santos Bernardo e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 15 de Abril de 2011

A acta da sessão ordinária do dia 15 de Abril de 2011 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, foi aprovada por maioria com sete abstenções.

2 – Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos presentes do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, João Soares, Acácio Gonçalves, Luis Carril, José Carlos Costa, Pedro Barroso, José Carvalho, Francisco Surreira, Jorge Fernandes e o Senhor Presidente da Mesa, Joaquim Pires.

O deputado António Cascais iniciou a sua intervenção mostrando agrado pela forma como decorreu o acto eleitoral do dia 5 de Junho no concelho de Montalegre. Falou da abstenção na qual foi campeã a freguesia de Covelães com 80%, seguida de Padornelos com 70%. Referiu, a propósito, que o caminho bem como o modelo de desenvolvimento terão que ser repensados. É

preciso desenvolver outros pólos de atractividade para que se consiga estancar esta sangria que nos está a conduzir por um caminho que ninguém quer. Disse ainda que nem só aquilo que é grandioso é útil para o concelho. Às vezes, através de uma pequena obra, consegue-se fazer muito. Há que rever as nossas aldeias e tentar arranjar um consenso no sentido de fixar as pessoas e isso tem que vir de quem está à frente do concelho e de quem o vier a substituir, onde pensa que o seu partido irá ter uma palavra a dizer. É preciso apostar num desenvolvimento sustentado.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que iria pedir três coisas que considera importantes para a aldeia de Sidrós. Uma parte do muro do cemitério da aldeia é muito baixa e entram animais para dentro. É necessário colocar lá um gradeamento. Disse ainda que a aldeia está muito suja e que com a chegada do Verão é preciso fazer uma limpeza. Sobre o caminho do campo, disse que já tinha sido recuperado em 1991 e a partir daí não houve mais manutenção. Há zonas que têm muitos buracos e precisam de tout venant. É altura dos fenos e os agricultores precisam desse caminho para fazerem os seus trabalhos.

O deputado João Soares disse que a Câmara em boa hora decidiu celebrar o dia do município homenageando figuras de Barroso que têm projectado o nome de Montalegre e no dia 9 de Junho foi homenageado um barrosão de corpo inteiro. Na hora do agradecimento, este ilustre barrosão afirmou que todo o seu espólio cultural, que se traduz em milhares de livros, obras artísticas, algumas de artistas portugueses e outros elementos culturais, com o acordo da família, seria dado a Montalegre. Referiu que isto lhe diz muito, assim como deve dizer a todos os barrosões, e por isso o seu nome deve ser falado nesta sala e em todo o Barroso – Dr. João Barroso da Fonte.

O deputado Acácio Gonçalves corroborou o que foi dito pelo deputado António Cascais. Acrescentou que o resultado do último acto eleitoral foi um momento histórico e felicitou o novo governo do qual faz parte o seu partido, CDS-PP. Agradeceu ao povo do Barroso que, uma vez mais, mostrou que sabe mudar. Perguntou qual o motivo de não haver uma paragem de autocarro junto à rotunda do Rolo já que as pessoas que vêm da zona do rio fazem compras no Ecomarché e têm que se deslocar a pé.

O deputado Luis Carril pediu dois esclarecimentos: o primeiro esclarecimento tem a ver com a carta educativa. Perguntou qual era o ponto da situação porque parece que há novidades desde a última sessão da Assembleia Municipal e o outro tem a ver com o pavilhão desportivo de Salto. Perguntou qual era o ponto de situação em que se encontrava já que as obras pararam e ninguém sabe o porquê.

O deputado José Carlos Costa felicitou a autarquia pelo sucesso da Sexta-13 que mais uma vez justificou o investimento que foi feito e valorizou também o trabalho dos funcionários da Câmara que são sempre incansáveis. Sobre o Europeu de Ralicross, disse que a prova também correu conforme as expectativas e que é uma mais valia que o concelho tem. Disse que são

iniciativas que projectam longe o nome de Montalegre. Sugeriu que se regulamentassem de alguma forma as ementas que os restaurantes servem durante o evento sexta 13 à semelhança do que acontece durante a Feira do Fumeiro. É frustrante ouvir pessoas que vêm de tão longe, que pagam pela refeição e queixarem-se de que não foram bem servidas.

O deputado Pedro Barroso disse que gostou da intervenção que fez o deputado José Carlos Costa porque a sua intervenção também era nesse seguimento. Perguntou qual o montante do investimento que foi feito na Sexta-13 e qual é o estudo económico que permite ao senhor Presidente da Câmara dizer que cada euro investido traz um retorno imediato de 100€. Louvou o facto da Sexta 13 se ter associado a dois produtos regionais: o vinho de Valpaços e o vinho dos Mortos. Sugeriu que se fizesse um regulamento com a restauração no sentido se serem obrigados a servir produtos produzidos no concelho de Montalegre, nomeadamente batata e vitela. Sobre os dados dos censos, disse que estes já vão sendo conhecidos e apontam para que o concelho de Montalegre tenha perdido mais de dois mil habitantes nos últimos dez anos. Perguntou o que é que a Câmara pensa fazer para reagir a este flagelo.

O deputado José Carvalho disse que na última sessão da Assembleia Municipal foi votada a alteração da Carta Educativa para que a escola de Salto fechasse. Entretanto, houve uma reunião em que o presidente da Câmara disse que a votação na Assembleia não iria ser levada em conta. Perguntou se a escola de Salto é para manter só enquanto não terminam as obras no Baixo Barroso ou se é definitiva a decisão em manter o seu funcionamento.

O deputado Francisco Surreira disse que na Calçada do Colégio devia ser colocado um sinal de proibição de estacionamento para facilitar o acesso à Segurança Social das pessoas, em especial de idosos e deficientes motores, já que está muito condicionado porque há sempre por ali carros estacionados. Perguntou ao senhor presidente da Câmara se tinha conhecimento de que a Câmara de Vieira do Minho recebeu uma verba avultada da EDP.

O deputado Jorge Fernandes, presidente da junta de Freguesia de Cervos, entregou à Mesa o documento cujo conteúdo se transcreve na íntegra:

"Venho em resposta à afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, na última reunião, do dia 15 de Abril de 2011, conforme consta da página nº 14 da Acta, em que a Junta de Cervos não é do PS e não tem obra.

Não vamos aqui discutir se temos ou não obra, porque a população da Freguesia de Cervos, em 2005 e 2009, já lhe deram a resposta.

Pois era minha intenção não intervir mais nesta Assembleia porque, pelos vistos, o Senhor Presidente da Câmara não gosta do contraditório e eu, para não prejudicar a minha freguesia não interviria, mas com uma afirmação destas do máximo responsável no concelho de Montalegre não poderia deixar passar sem repor a verdade, doa a quem doer.

Então diz o Senhor Presidente da Câmara que não temos obra? Realmente o Senhor Presidente da Câmara não sabe que temos obra, porque não vai à nossa Freguesia, aliás já há quatro ou cinco anos, lhe solicitei aqui nesta Assembleia para ir ver o estado da Rua de Baixo de Arcos que a Câmara Municipal deteriorou para colocar a conduta de água, até à presente data, ainda não teve 15 minutos do seu tempo para ir ver.

Se tivesse tido esse tempo, já teria visto que já arranjámos parte dessa rua, falta-nos a outra, já teria visto que já alargámos o cemitério de Vilarinho de Arcos, que nos prometeu participar nas obras e até à data nada, já teria visto que o forno de Vilarinho de Arcos também já foi arranjado, também teria visto que calçamos o largo e a rua da Tulha em Vilarinho de Arcos.

Depois, se tivesse lá ido, teria visto que calçamos em Arcos as ruas da Portelinha, as duas ruas do Santo, a Travessa das Eiras, a rua do Caminho Fundo, a rua junto à Estrada. Também teria visto que a Capela de Arcos está como nova, graças ao trabalho da Junta de Freguesia, juntamente com a população de Arcos residente e aqueles que se encontram no estrangeiro, mas com a ajuda prometida pelo Senhor Presidente da Câmara não foi de certeza, porque mais uma vez falhou, como falhou na ajuda prometida para o alargamento dos cemitérios do Cortiço e Vilarinho de Arcos que apenas estão realizadas por trabalho e mérito da Junta de Freguesia de Cervos.

Também se o Senhor Presidente da Câmara tivesse tido tempo para se deslocar à Freguesia de Cervos veria que no Cortiço a rua do Rigueiro, que é bastante grande, e as calhelhas que dão para o forno estão todas calçadas, graças à Junta de Freguesia de Cervos.

Em Cervos, se o Senhor Presidente tivesse lá ido, veria que pelo menos três ruas foram calçadas pela Junta de Freguesia.

Também como o Senhor Presidente da Câmara não sabe eu vou-lhe aqui dizer para que fique a saber que, em colaboração com as Juntas de Agricultores, do Cortiço, Arcos e Vilarinho de Arcos, foi possível a construção dos três regadios tradicionais.

Não queria aqui deixar de lhe dizer o mal que o senhor fez à Freguesia de Cervos, ou já se esqueceu do boicote que nos fizemos ao caminho da Veiga em Arcos? O que fizeram até hoje a Câmara ou o Ecomuseu pelo bem estar da nossa população? Nada, absolutamente nada. O único interesse foi a Junta de Freguesia de Cervos perder um investimento de cerca de 100 mil euros.

Para terminar, Senhor Presidente da Câmara, com todo o respeito, mas também com firmeza e coragem, digo-lhe aqui perante toda esta Assembleia é tempo de parar de insultar e perseguir politicamente tanto a Junta de Freguesia de Cervos, como o seu Presidente."

O senhor Presidente da Mesa disse que o parque de lazer de Penedones está ao abandono pois o feno já está muito, alto chegando mesmo aos bancos. Disse

que é um parque simples e pobre, mas que é a única área de lazer que aquela barragem tem. Já teve um cais e neste momento não está a funcionar. Disse ainda que se a Câmara está à espera de eventual financiamento devia-se fazer manutenção e colocar uns camiões de areia nas margens para as pessoas poderem apanhar sol. Pensa que se deve desenvolver o turismo e fala-se muito nisso mas na prática há sempre alguma coisa que falha. Em seu entender somos contraditórios entre aquilo que se diz e o que se faz. Falou ainda no encerramento da piscina municipal que se justifica no inverno, mas durante os meses de Junho, Julho e Agosto devia estar aberta porque o gasto não deve ser muito elevado.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes.

Este iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao PSD pela vitória no país e no concelho de Montalegre. Deu também os parabéns à Dr^a Guilhermina Costa porque estava na lista de candidatos a deputados pelo círculo de Vila Real pelo PSD e é a única que pode dizer que ganhou alguma coisa nos últimos tempos em Montalegre. Saudou também a Dr^a Ana Isabel Dias pela participação e desempenho que teve na lista de deputados pelo círculo de Vila Real pelo PS apesar da sua lista ter perdido. Desejou boa sorte ao novo governo que é isso que todos precisamos e também o país. Sobre a abstenção no concelho no acto eleitoral, disse que se aproxima daquilo que aconteceu no país. Há que ter em conta que há muitos eleitores que não residem no concelho e isso verifica-se mais no interior e que é muito mais apelativa uma eleição autárquica do que uma eleição para o país. Pensa que este assunto deve ser analisado pelos responsáveis nacionais para que não haja dúvida se a abstenção é a correcta ou se é fictícia. Não concordou com o deputado António Cascais quando disse que devemos ter outra matriz de desenvolvimento. Se devemos ter outra deve dizer qual é porque o PS sabe muito bem aquilo que quer e conhece bem a matriz de desenvolvimento. Referiu que somos um concelho rural, agrícola, somos um concelho que se quer afirmar pela sua qualidade turística, pelo seu património, pela natureza e pelo ambiente e que quer reforçar e aproveitar melhor os produtos locais. É este o nosso guião e é aqui que temos apostado e que temos tido algum sucesso. Afirmou ainda que está aberto a sugestões porque nós estamos aqui para as discutir e para encontrarmos sempre as melhores soluções assim elas apareçam. Referiu ainda algumas actividades que foram desenvolvidas de Abril a Junho, período que medeia as Assembleias, como a Sexta-feira 13, o Congresso Internacional das Charnecas, o seminário de encerramento do projecto do investimento que se fez na Mourela que contou com a presença dos parceiros europeus e onde esteve presente também a Senhora Embaixadora da Noruega, está em curso o projecto de itinerâncias de animação social, realizou-se a Feira do Livro, fez-se a homenagem ao Dr. Barroso da Fonte no dia 9 de Junho; passou uma reportagem de 9 minutos, em horário nobre, na SIC sobre o Ecomuseu e que mereceu os maiores elogios que chegaram à Câmara através do site, o Ecomuseu foi seleccionado entre os cinco melhores projectos inovadores para os prémios Novo Norte, as Carrilheiras de Barroso, o Ralicross, o encontro de coros, foi assinado o protocolo com a ANJE que permite fixar jovens empresários em Montalegre. Este vai permitir

seleccionar ideias e os seleccionados vão ter um pequeno apoio financeiro da Câmara, vão ter instalações disponíveis e vão ter todo o apoio técnico dos melhores técnicos nacionais da ANJE. Têm prioridade os residentes no concelho e têm prioridade os projectos com base nos produtos locais. Perguntou aos presentes se achavam que toda esta actividade era pouco e pediu que olhassem para outros concelhos e que dissessem quem é que faz mais e quem tem melhor plano de desenvolvimento e melhor matriz de desenvolvimento que Montalegre. Disse ainda que numa análise mais profunda vê-se que Montalegre foi o concelho que mais cresceu a nível de alojamento turístico nos últimos 6, 7 anos e foi aquele que conseguiu manter o maior número de dormidas depois de Chaves. Referiu que a Câmara não se pode substituir ao governo e atribuir benefícios fiscais ou económicos para que haja mais fixação no interior e para que haja uma compensação devida para as regiões mais pobres. O Senhor Presidente da República disse que era preciso investir no interior e que era preciso olhar para a agricultura. Em seu entender tem toda a razão, mas também tem toda a culpa porque foi ele o maior responsável, enquanto Primeiro-ministro, por chegarmos ao ponto a que chegamos. Vendeu a agricultura, trocando-a por alguns euros, deu dinheiro aos agricultores, que têm agora mais bem-estar, mas a agricultura ficou destruída. Foi vendida aos alemães, aos produtos que vêm de França e de Espanha. E agora diz a oposição que a culpa é da Câmara e que tem que encontrar outra matriz de desenvolvimento! A Câmara tem lutado por aquilo que lhe compete, mas também tem lutado para que os sucessivos governos cumpram com aquilo que é da sua competência. Sobre os cemitérios, disse que são da competência das Juntas de Freguesia e o único que é da competência da Câmara é o cemitério de Montalegre. Sobre a limpeza das aldeias, disse que também não é só da competência da Câmara porque a tarifa que se paga em Montalegre não é a mesma que pagam as aldeias. Agradeceu e reconheceu o gesto do Dr. Barroso da Fonte ao dar todo o seu espólio a Montalegre. É um gesto de grande nobreza. Sobre a paragem do autocarro na rotunda junto ao Ecomarché, disse que era uma possibilidade que iria ser estudada. Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo de Salto, esclareceu que a obra parou porque as dimensões a que foi candidatada não permitiam que se realizassem as competições oficiais. Está-se a estudar o projecto para ver o que se pode fazer. Há exigências que são complicadas e que muitas vezes emperram as obras. Sobre a intervenção do deputado José Carlos Costa, disse que tem de se apelar mais à hotelaria para que continuem a prestar um bom serviço porque lhe parece que há falhas na concorrência e há alguns exageros nos preços e corte na qualidade. Sobre o evento da Sexta 13, disse que pela quantidade de lixo que se viu pelas ruas da vila na manhã seguinte tem-se uma ideia daquilo que foi vendido em Montalegre. É um cartaz que contribui para reconhecer o concelho de Montalegre. Sobre os censos 2011, disse que os dados referem que o interior está todo a decrescer e não se podem rir uns dos outros. O concelho de Montalegre não é dos piores porque na sede a população até aumentou. Os autarcas do interior fazem o que podem e o que não podem para desenvolver os seus concelhos e o governo é que tem que tomar medidas para parar esta sangria. Disse ainda que a EDP já pagou ao governo mais de 200 milhões de euros pela concessão das barragens por mais 30 anos e as Câmaras não receberam nada desse dinheiro. Tem de haver compensações e contrapartidas

para os municípios que têm barragens e obrigar a EDP a pagar os seus impostos no local onde gera a sua riqueza. Isso seria ajudar o interior, seria ajudar a agricultura. Sobre o problema de estacionamento que referiu o deputado Francisco Surreira, disse que compreende que o acesso ao edifício da Segurança Social torna-se mais difícil devido ao estacionamento que ali há, mas também compreende as pessoas que ali estacionam. Tem que se pensar numa forma de gerir aquele espaço da melhor maneira. Sobre as contrapartidas que a Câmara de Vieira do Minho recebeu da EDP, disse que são referentes às obras que se fizeram na barragem de Salamonde em território de Vieira do Minho. Sobre a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que foi descrito o relacionamento de um presidente de Junta com o presidente da Câmara. Mostrou o seu desagrado e disse que não admitia que dissesse que a Câmara e o Ecomuseu boicotaram os trabalhos na freguesia de Cervos porque isso não é verdade. O Presidente de Junta devia pedir desculpa porque o presidente da Junta de Reigoso teve o mesmo problema com o IGESPAR e não veio acusar o presidente da Câmara, assim como a freguesia de Contim tem um problema semelhante com a ponte, para a qual até temos dinheiro da EDP e o ambiente não a deixa alargar. Sobre o parque de lazer de Penedones, disse que a altura de cortar a relva é esta e o trabalho de manutenção a ser executado. Já foi limpo o Parque e arranjado o caminho e estamos a fazer o resto. Sobre o cais na barragem, referiu que foi destruído e não vai ser construído naquele local. Foi destruído por culpa de quem tinha a sua manutenção porque era necessário ajustá-lo conforme o nível na água. Disse que se está a ver a melhor solução para que fique estabilizado. Sobre a piscina municipal, disse que vai abrir nos meses de Julho e Agosto. Tem um gasto de 15 mil euros por mês. No inverno não abre enquanto não houver outro sistema de aquecimento porque o que tem traz grandes encargos financeiros para a autarquia. Sobre a Carta Educativa, disse que na última sessão da Assembleia Municipal foi tomada uma decisão. Toda agente sabe que devido ao número de alunos não vai haver Centro Escolar em Salto, tal como estava previsto na primeira carta educativa. O Baixo Barroso precisa de uma solução competente e de futuro e que coloque o Baixo Barroso em igualdade de tratamento com Montalegre. Existe ali uma escola que tem recreios, que tem biblioteca e que tem espaços desportivos, mas que precisa de ser intervencionada para dar melhores condições a quem lá estuda e a quem lá trabalha. Já existe uma rede de transportes organizada em todo o Baixo Barroso e para essa escola já são transportados os alunos dos 2º e 3º ciclos e do secundário, escola essa que dista apenas 5 kms de Salto. Referiu ainda que os presidentes de junta da Venda Nova e de Salto, que defendem os interesses de cada uma das freguesias porque para isso foram eleitos, nesta matéria são tendenciosos e cada um puxa para seu lado. Está em disputa um investimento, está em disputa o prestígio das suas freguesias e o seu orgulho. Fazem o seu papel de autarcas. Mas há alguém que tem de estar acima desses interesses e que tem a obrigação de isenção e que tem a obrigação de estar distanciado dos interesses das duas freguesias em causa. A escola que existe também já é de Salto pois já lá tem os alunos de Salto. Tendo em conta que os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo que estão na escola de Salto, na sua grande maioria, já são transportados, depois de estarem no autocarro não lhes faz diferença nenhuma fazer mais 5 kms. Em Salto há alunos de vários anos na mesma

turma com um único professor e que indo para o Baixo Barroso seriam agrupados por ano de escolaridade cada um com um só professor. Estes argumentos bastavam para defendermos a qualidade da educação e para defendermos os alunos. Juntá-los todos ao molho como acontece em Cabril e até em Salto é hipotecar a educação das crianças. Dar as melhores condições de ensino às crianças só se poderia fazer num Centro Escolar na escola da Venda Nova. Tudo isto iria beneficiar a qualidade de ensino e entendeu que Salto teria a grandeza de fazer um pequeno sacrifício e que, apesar de ser a freguesia que tem mais gente, tem menos gente que as outras freguesias juntas e é preciso respeitar isso. Temos que equilibrar e procurar o bem comum. Pensou que Salto estivesse disposta a fazer esse sacrifício e a demonstrar solidariedade com a região porque é a líder do Baixo Barroso, mas isso não aconteceu e, numa reunião com a população em Salto, entendeu suspender as iniciativas decorrentes da Carta Educativa de modo a haver reflexão. Disse que tinha falado com quem devia falar, mas não falou com os presidentes de Covêlo, Cabril nem Ferral porque seria lógico que eles defendessem a escola na Venda Nova. Salto entrincheirou-se nos seus caprichos de adultos e quis ganhar sobretudo à custa das crianças. Quis perder mais educação e educação de qualidade e perdeu a oportunidade de colaborar numa decisão boa, numa das melhores decisões que o município tomava, numa das decisões mais justas e que mais defendia o interesse geral do Baixo Barroso. Disse ainda que não tinha mudado de opinião e que mantinha a mesma posição. Aquilo que defendeu continua a defender seja com este governo ou com outro qualquer. Fez um apelo a toda a gente responsável para que se encontre a melhor solução, aquela que seja a mais justa. Explicou a sua atitude, dizendo que se exploraram sentimentos bairristas e de posse pois as pessoas diziam “os nossos alunos, os meus filhos não saem da freguesia”. Perante este argumento, que é poderosíssimo, e ao mesmo tempo bizarro, não há inteligência que o vença nem que o demova. Criaram também a ilusão de que Cabril e Ferral poderiam ficar com as suas escolas sem olhar ao número de alunos de cada uma das freguesias e sem olhar à lei existente. Houve, portanto, manipulações e mentiras. Apesar de compreender que a freguesia de Salto lute pelo funcionamento da escola, ficou chocado com o distorcer da verdade. Disse ainda que ninguém do Baixo Barroso apoiava esta solução, apenas o Presidente da Junta de Venda Nova e ele próprio é que lutavam por ela. Criou-se a ideia de que esta decisão era uma birra pessoal e que só ele é que a queria e essa ideia estava feita. Acusaram-no de não falar com ninguém, o que é falso, e até de traições. À volta de tudo isto juntou-se a elite de Salto e até o padre levou o assunto à missa. Enquanto Salto se manifestava, legitimamente, havia passividade em todo o Baixo Barroso quase numa atitude de concordância. Estava, portanto, destruída uma boa decisão e toda a sua credibilidade. Era uma decisão imparcial, justa e que respeitava o interesse geral e Salto acabou por tirar proveito do período eleitoral em que se vivia e, sinceramente, muita gente não ficou bem nesta fotografia. A legitimidade estava ferida de morte e o resultado na Assembleia Municipal também não foi confortável pois o assunto passou à tangente e até alguns membros do Baixo Barroso votaram contra. Perante tudo isto não havia condições para pensar e a sua opinião, que continua a defender, era a única que podia recuar e era a única que poderia suspender. Em Salto, na reunião com a população, disse que,

apesar de não ter autoridade para anular uma decisão da Assembleia Municipal, pois só tinha competência para dar seguimento ou não às decisões nela tomadas, essa decisão iria ser suspensa. Terminou referindo que continua a acreditar que a construção do Centro Escolar na Venda Nova seria a melhor opção na certeza de que nunca tinha sido uma birra pessoal e que respeita todos aqueles que tiveram ou manifestaram uma opinião diferente.

Inscreveram-se para uma segunda intervenção os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Francisco Surreira, Jorge Fernandes e Luis Carril.

O deputado António Cascais disse que o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, lhe veio dar razão sobre o repensar na matriz de desenvolvimento. Disse que tem apreciado as obras de requalificação da sede do concelho e tem verificado que se têm colocado quilómetros de passeios com guias em granito e que desse granito não sai um único centímetro das pedreiras de Montalegre que produzem pedra. Perguntou se então não seria necessário repensar os investimentos a fazer. Referiu que não será necessário mudar a lei porque, quando queremos, as coisas acontecem. Fizeram-se tantos investimentos como a construção da piscina, onde foi gasto tanto dinheiro, para agora se ouvir dizer que não vão funcionar. Este é um problema que se assemelha com o que agora está acontecer com a captação de água na barragem dos Pisões onde os municípios que assumiram que iriam consumir desta água agora estão a recuar. Mas o investimento foi feito e agora é preciso pagar e a Troika agora exige que se pague. Ai da sociedade que não aceita bem a crítica, nem a discussão porque então tende para o abismo. Concereteza que o Sr. Presidente quer tanto o bem do concelho quanto ele e a crítica tem de ser feita, assim como o confronto de ideias tem que ser debatido para que as pessoas depois possam escolher quem deve dirigir os destinos do concelho. Sobre a carta educativa, disse que se algumas dúvidas tinha, estas dissiparam-se com o esclarecimento que o senhor Presidente da Câmara prestou. Mas, quando acusam o senhor Presidente de falta de diálogo tem alguma razão de ser porque todos nós testemunhamos o esforço que houve por parte de alguns elementos, nomeadamente o Dr. João Soares e o Presidente da Junta de Freguesia de Salto, que pediram para suspender por um mês a tomada de posição sobre a proposta apresentada e a Câmara, se quisesse, poderia retirá-la e não o fez. Disse ainda que não podemos argumentar com tanto azedume as posições dos outros. O senhor Presidente defendeu essa proposta e continua a defendê-la porque é a sua. Mas nós não podemos deixar que as nossas terras caiam ao abandono, que desapareçam. Nós não podemos contribuir para isso e sendo uma escola com 70 alunos é legítimo que as suas gentes lutem pela sua manutenção. Referiu que noutros concelhos não se vê tanta barafunda na discussão destes assuntos porque são tratados de forma mais lenta e referiu como exemplo o concelho de Vila Pouca de Aguiar que mantém dois agrupamentos de escolas: um em Vila Pouca e outro nas Pedras Salgadas e ainda existem outras escolas como em Campo de Jales e sabe que há escolas a funcionar com um só aluno. Com isto quer dizer que o imperativo da lei não é só para Montalegre, também é para outros concelhos. Disse ainda que teve conhecimento que já em 2009 existia um projecto de ampliação para a escola do Baixo Barroso onde se previa já a anexação de Salto e o senhor Vereador

Orlando Alves tinha que saber disto. Terminou dizendo que escolas com 10 ou 15 alunos deviam estar a funcionar no nosso concelho porque a actual escola de Montalegre não tem condições para albergar todos os alunos que ali estão concentrados.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que não sabia que os cemitérios não eram da responsabilidade da Câmara. Pediu desculpa por não saber. Mas houve uma grande intervenção há dois ou três anos no cemitério de Sidrós a qual foi feita pela Câmara. Se a responsabilidade não é da Câmara pediu que dissesse de quem é. Sobre o caminho do largar de azeite, disse que o senhor Presidente não tinha respondido.

O deputado Francisco Surreira disse que sabe, através de uma notícia que saiu num jornal e que leu aos presentes, que a EDP vai entregar à Câmara de Vieira do Minho uma verba de 3 milhões de euros para projectos e que são referentes à área submersa da localização das barragens pois este concelho tem apenas duas barragens que são a Caniçada e Salamonde. A Câmara de Montalegre contenta-se com os 800 mil euros que vêm das eólicas. Acredita que o senhor Presidente da Câmara tenha feito um grande esforço na luta com a EDP. Não faz mais que a sua obrigação mas pensa que não está a dar grandes resultados porque Vieira do Minho tem muito menos área submersa do que tem Montalegre e está a receber muito mais.

O deputado Jorge Fernandes perguntou se o Ecomuseu pertence à Câmara ou não. Disse que teve várias reuniões com a arqueóloga e com o Dr. David Teixeira onde lhe foram propostas contrapartidas para perder o caminho e não obteve resposta. Relativamente ao relacionamento com a Câmara, disse que a Junta de Freguesia de Cervos tem mantido um bom relacionamento com a Câmara e que o contrário não tem acontecido. Lembrou que quando a Câmara solicitou a sede da Junta de Freguesia para ser cedida à Associação O Campo, a Junta, apesar dos insultos à sua pessoa e ao Presidente da Assembleia de Freguesia, prontificou-se a ceder a sede. Disse ainda que não pedia desculpa porque foi acusado pelo Ministério Público de ter feito trabalhos no referido caminho e não foi verdade.

O deputado Luis Carril disse que ficou surpreendido ao ouvir dizer que uma das razões que leva ao encerramento da escola de Salto é a falta de qualidade do ensino. Perguntou se só agora é que se tinha dado conta disso. Disse ainda que com esta Câmara Salto passou a vila e como vila que é deve ser tratada como tal e tem que se criar algum desenvolvimento que seja central por forma a que se dê o conceito de vila à vila que já é. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara nunca morreu de amores por Salto e várias pessoas, como o deputado Domingos Vasconcelos e o presidente da Junta de Salto, o acautelaram para que o assunto tivesse sido agendado numa próxima sessão da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente não aceitou e avançou sozinho e agora estamos num limbo. Na Assembleia, a proposta foi aprovada e em Salto disse que não ia avançar. Nem ata nem desata. Gostava de saber se já existe alguma coisa pensada para resolver a situação. Em relação ao Pavilhão Desportivo de Salto, disse que à sua construção aconteceu aquilo que acontece em todas as obras

que a Câmara realiza no concelho. Não são pensadas a longo prazo e são feitas em cima do joelho. Referiu como exemplo a Casa do Capitão. Esta obra andou anos a fio para ser terminada porque não foi pensada antes. Só espera que este argumento não sirva para deixar morrer o pavilhão desportivo de Salto.

Depois de terminarem as segundas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Este disse que já tinha visto o PSD zangado na última sessão e agora volta a vê-lo zangado pela decisão contrária. Gostava de saber qual a opinião da oposição e aquilo que apoiam em relação à escola porque a única coisa que sabe é que estão contra tudo e só sabem contestar. Disse ainda que Boticas, Valpaços e Vila Pouca têm as piscinas encerradas e que já tinha dito em público que se fosse hoje não fazia a piscina em Montalegre e que não a fez com grande convicção mas era moda, era a mania das riquezas. Até diziam dos fundos comunitários para se fazerem obras grandes. Disse-o antes das eleições, sujeitando-se assim ao julgamento das pessoas. Nessa altura, a oposição gozava com o assunto porque em Montalegre não havia piscina; hoje criticam porque se deixou de gastar 15 mil euros por mês para ter lá meia dúzia de pessoas. Este erro não foi só seu, foi mais da oposição e das exigências que fez, das vaidades de quem dizia que Portugal vivia num oásis. Os dirigentes do PSD sempre disseram isso. Assumi que também recua e que também muda de posição quando tem que mudar. É preciso assumir com coragem decisões difíceis e se existe ali um monstro não podemos continuar a mantê-lo e se já fizemos um erro não podemos continuar a insistir nesse erro. Sobre o granito colocado, disse que espera que não tenha vindo da China. Garantiu que a Câmara de Montalegre cumpre as leis e não tem dúvida que se o empreiteiro, que é um bom executante e é a melhor empresa que temos a trabalhar, o traz de outro local é porque lhe fica mais barato e assegurou que é material de boa qualidade. São contingências que não podemos assegurar. Há concursos públicos e cumpre-se com a lei. Se o empreiteiro é da terra ou é de fora não podemos discriminar porque os nossos também não são discriminados lá fora. O PSD é capaz de pensar que a Câmara poderia arranjar uma manobra qualquer e entregar as obras a quem queria. Assegurou que não é assim. Há regras e há leis que se cumprem no país. Agora, relativamente ao granito admira-se que os de cá não pratiquem preços para poderem venderem ao empreiteiro porque este certamente comprava o mais barato. Relativamente ao Centro Escolar, disse que continua sem saber qual é a opinião da oposição porque a única coisa que fizeram foi criticar a sua posição, mas não disseram qual é a deles. A sua posição não mudou, é a mesma, e em face das circunstâncias em que tudo decorreu decidiu e criticaram e agora que a decisão contrária foi tomada, continuam a criticar. Gostava de saber qual a opinião da oposição porque, sendo assim, a Câmara pedia ao Ministério da Educação um centro escolar para Cabril, outro para Ferral e outro para Salto e para isso pedia a colaboração do PSD. Disse ainda que o projecto para o centro escolar não estava feito em 2009, mas que tinha sido encomendado há 2 meses. Pediu o projecto ao director da escola para ver o que lá havia e o que tinha que ser lá feito. Depois de chegar à conclusão que não havia condições para se avançar com o centro escolar de Salto a única solução foi pensar na escola da Venda Nova que seria o local mais lógico, mais correcto em função do número de alunos e em função

da centralidade. Viu no antigo projecto quantas salas existiam, qual a possibilidade de adaptar e que beneficiação é que a escola precisava. Só depois de ver as necessidades da escola que existe e as exigências da lei para albergar o resto dos alunos, é que mandou fazer o projecto.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que existem muitos caminhos que têm de ser intervencionados mas esta Câmara tem a noção da prioridade e da utilidade e não é por se falar muito nesses caminhos que eles passam à frente dos critérios que estão estabelecidos.

Ao deputado Francisco Surreira disse que a Câmara de Montalegre vai receber 4 milhões de euros da Iberdrola e que vai ter ainda mais obras financiadas pelos fundos comunitários na base de negociação das contrapartidas. Disse ainda que a Câmara iria receber muito dinheiro de Paradela antes das próximas eleições autárquicas. Sobre este assunto, disse estar muito bem informado e se hoje a EDP paga 2,5% aos municípios com barragens foi graças ao Dr. Pires e a ele próprio que encetaram esta "guerra" com a EDP, mesmo contra o governo do Partido Socialista. Actualmente são 80 municípios a falar sobre o assunto, a Câmara de Montalegre já não está sozinha e é por isso que a EDP paga aquilo que é justo. A EDP pagou à Câmara de Vieira do Minho porque as obras são feitas nesse concelho e em seu entender até recebeu pouco.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Cervos disse que respeitava o seu estilo, mas que não lhe merecia resposta.

Ao deputado Luis Carril disse não entender a intervenção dele e que devia colocar os problemas de forma a que o povo entenda. Há gente em Salto que não sabe aquilo que quer e que estão sempre contra tudo. Isto não é de agora. O Dr. Pires sabe aquilo que se passou com a obra do Torrão da Veiga e os mais velhos lembram-se que houve gente nesta Assembleia, intelectuais e letrados, que disseram que se ganhassem a Câmara que o Torrão da Veiga voltava à condição antiga, que era um local com as vacas e a respectiva bosta. O mesmo aconteceu com a Casa do Capitão e com o Ecomuseu porque Salto não dizia o que queria nem sabia o que queria. Falou do investimento de 1 milhão e 700 mil euros que irá ser feito na musealização das minas da Borralha. Se as restantes freguesias tivessem metade do investimento que tem Salto estariam hoje muito mais satisfeitas. Nunca o concelho teve uma guerra desta natureza e se há alguém que não merece melindre é a Câmara e ele próprio. O PSD de Salto trouxe sempre os votos e não fez lá nada. Nós trazemos os votos e levamos as obras. Tudo aquilo que lá existe foi feito pelos socialistas desde o Dr. Pires até hoje e Salto sempre soube corresponder porque Salto não é o deputado Luis Carril. Salto é muito mais e da sua parte houve sempre a devida correspondência com a freguesia e houve sempre os investimentos que precisaram e que mereciam.

4 - Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da

respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, deu a conhecer a situação financeira da autarquia aos presentes.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais saudou o senhor Presidente da Câmara por mostrar que também sabe recuar. É teimoso quando sente a febre do ponto de vista partidário, mas depois também sabe recuar e deu os parabéns ao Presidente da Câmara porque finalmente o caminho de Travassos a Frades vai ser alcatroado.

O deputado Pedro Barroso disse que o senhor Presidente tinha pedido que se apresentassem ideias. Falou da obrigatoriedade de associar os produtos locais à Sexta-feira 13 e nada foi respondido sobre isso. Sobre a requalificação da vila, disse que nalguns locais está a haver falta de critério e falta de certa uniformidade na pavimentação dos passeios. Pensa que seria uma boa oportunidade para incluir a repavimentação da Praça de França e dar melhor acesso à Segurança Social que merece que seja um acesso mais digno e mais seguro para as pessoas idosas e com deficiência.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que havia limites para as candidaturas para a regeneração urbana. O cubo de granito é muito bonito, mas pouco funcional para quem se desloca a pé. Pôs-se granito onde era possível pôr e fez-se o equilíbrio de colocar granito nas zonas mais antigas e betão nas outras. Sobre o acesso à Segurança Social, referiu que é uma questão para ser estudada, mas que não é fácil por força da localização do edifício. A passagem pela Praça de França poderá ser uma hipótese.

4.2 – AMAT / Relatório de Gestão e Contas de 2010;

O Senhor Presidente explicou o assunto dizendo que a AMAT tem encargos com pessoal que têm que ser repartidos pelas Câmaras do Alto Tâmega. Os GAT's foram extintos e o Alto Tâmega mantém esta associação para prestar o apoio técnico que é necessário.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3 – Liga dos Amigos do Hospital de Chaves / Relatório e Contas de Gerência de 2010;

O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários aos presentes.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – ADERE Peneda Gerês / Relatório e contas do Exercício de 2010;

O Senhor Presidente da Câmara explicou o assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Pedro Giesteira.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se a Câmara é credora ou devedora da Adere Peneda Gerês. Disse que os créditos não aparecem na conta de gerência de 2010, só aparece a despesa. Verifica que isto provoca alteração na dívida da Câmara em 32 mil euros. Disse ainda que, pela leitura do documento, a Câmara deve as cotas a esta associação, como sócia, no valor de 9.250 € em 2010.

O deputado Pedro Giesteira felicitou o papel das Câmaras na figura e na matriz de desenvolvimento que a Adere tem para o território e que, infelizmente, o Parque não acompanha. Existe um corpo técnico de qualidade que promove e que desenvolve actividades territoriais e as Câmaras acompanham ou não. Da parte das Câmaras tem havido sempre receptividade nomeadamente da Câmara de Montalegre e da Câmara da Ponte da Barca que continuam com o projecto de viabilização daquela associação porque ela é fundamental.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a Câmara tem as contas em ordem com todas as associações. Não há dívidas atrasadas nem às águas, nem à empresa do lixo nem há devoluções de nada. A Câmara paga as suas contas atempadamente. Referiu, como exemplo, que na Adrat a Câmara de Montalegre é credora porque a associação tinha que ter dinheiro para justificar alguns projectos e as Câmaras fizeram esse adiantamento. Terminou garantindo que não há atrasos de ordem nenhuma.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5 – EHATB / Relatório e Contas do Exercício de 2010;

O Senhor Presidente da Câmara explicou o assunto.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais que disse que não dúvida da justeza nem da legalidade nem do acerto das contas da empresa, mas é livre e pode fazer algumas observações às decisões políticas. Verificou que no relatório de contas há um volume de vendas que ultrapassa os 5 milhões de euros e referiu ainda algumas rubricas e o seu valor como: publicidade e propaganda que tem o valor de 673 mil euros, donativos 1.069 mil euros, deslocações, estadas e representação, 90 mil euros e órgãos sociais 285 mil euros. Na sequência daquilo que tem vindo a referir sobre as decisões políticas que se tomam na EHATB são apenas estes os valores numa empresa daquelas.

O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que ele não era o presidente da empresa, mas que é solidário nas decisões que tomam porque é também membro do Conselho de Administração. Desde que a empresa foi considerada multimunicipal deixou de haver pagamento aos membros dos órgãos sociais em senhas ou de outra natureza. A empresa dá dinheiro às juntas de freguesia, às associações ou ao Ecomuseu para fazer face a algumas despesas como a Sexta 13 e não paga impostos porque os Estatutos assim o permitem. Não é uma empresa privada com base no lucro, mas é uma empresa de carácter social. Referiu que esta empresa deve muito a quem a lançou e deve muito ao Presidente da Câmara de Ribeira de Pena de então que, em seu entender, na altura foi um "lunático" porque arrancou com uma obra que ninguém sabia o que era. Mas arriscou e teve sucesso. Ribeira de Pena ficou com 55% do investimento e as restantes Câmaras ficaram com 45%. Foi esta a regra e pensa que é aceitável porque Ribeira de Pena podia ter feito o investimento sozinha até porque o Alvará, que pertencia a uma empresa estrangeira, foi comprado por Ribeira de Pena que depois o colocou à disposição de todas as Câmaras. A seguir construiu-se a mini-hídrica de Bragadas que tem alta rentabilidade e não vai ser inundada como inicialmente se pensou. Portanto, o mérito é do presidente da Câmara de Ribeira de Pena mas é também de quem veio a seguir e gostava que se reconhecesse esse mérito porque é caso único no país. Informou ainda que houve um investidor que ofereceu para compra da empresa 130 milhões de euros para base de negociação. Referiu que não se deve achincalhar esta empresa só porque os administradores vão a um congresso e lhes são pagas as viagens. A empresa e quem lá trabalha merecem todo o respeito. Garantiu que a empresa não irá ser vendida. Pensem bem quem é que construiu este património!

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 – Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara explicou este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais mostrou desagrado por ser o 3º protocolo presente à Assembleia Municipal. Disse que tem de haver algum cuidado, que muitas vezes são de pormenor, com os documentos que se apresentam e fez alguns reparos quanto à forma.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a forma como este protocolo está redigido não é das melhores. Verificou que 750 mil euros são financiados pelo governo e a Câmara financia com 18 mil euros mensais por um período de 20 anos. A Santa Casa da Misericórdia fez uma hipoteca sobre o terreno com um empréstimo. Não sabe em que termos é que essa hipoteca foi feita. O Presidente da Câmara deve informar a Assembleia sobre o montante que foi

O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que ele não era o presidente da empresa, mas que é solidário nas decisões que tomam porque é também membro do Conselho de Administração. Desde que a empresa foi considerada multimunicipal deixou de haver pagamento aos membros dos órgãos sociais em senhas ou de outra natureza. A empresa dá dinheiro às juntas de freguesia, às associações ou ao Ecomuseu para fazer face a algumas despesas como a Sexta 13 e não paga impostos porque os Estatutos assim o permitem. Não é uma empresa privada com base no lucro, mas é uma empresa de carácter social. Referiu que esta empresa deve muito a quem a lançou e deve muito ao Presidente da Câmara de Ribeira de Pena de então que, em seu entender, na altura foi um "lunático" porque arrancou com uma obra que ninguém sabia o que era. Mas arriscou e teve sucesso. Ribeira de Pena ficou com 55% do investimento e as restantes Câmaras ficaram com 45%. Foi esta a regra e pensa que é aceitável porque Ribeira de Pena podia ter feito o investimento sozinha até porque o Alvará, que pertencia a uma empresa estrangeira, foi comprado por Ribeira de Pena que depois o colocou à disposição de todas as Câmaras. A seguir construiu-se a mini-hídrica de Bragadas que tem alta rentabilidade e não vai ser inundada como inicialmente se pensou. Portanto, o mérito é do presidente da Câmara de Ribeira de Pena mas é também de quem veio a seguir e gostava que se reconhecesse esse mérito porque é caso único no país. Informou ainda que houve um investidor que ofereceu para compra da empresa 130 milhões de euros para base de negociação. Referiu que não se deve achincalhar esta empresa só porque os administradores vão a um congresso e lhes são pagas as viagens. A empresa e quem lá trabalha merecem todo o respeito. Garantiu que a empresa não irá ser vendida. Pensem bem quem é que construiu este património!

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 – Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara explicou este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais mostrou desagrado por ser o 3º protocolo presente à Assembleia Municipal. Disse que tem de haver algum cuidado, que muitas vezes são de pormenor, com os documentos que se apresentam e fez alguns reparos quanto à forma.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a forma como este protocolo está redigido não é das melhores. Verificou que 750 mil euros são financiados pelo governo e a Câmara financia com 18 mil euros mensais por um período de 20 anos. A Santa Casa da Misericórdia fez uma hipoteca sobre o terreno com um empréstimo. Não sabe em que termos é que essa hipoteca foi feita. O Presidente da Câmara deve informar a Assembleia sobre o montante que foi

emprestado à Santa Casa. Perguntou a que pretexto a Câmara já deu cerca de 500 mil euros à Santa Casa. Referiu ainda que a UCC é património da Santa Casa da Misericórdia e a Câmara está a assumir encargos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que o protocolo presente nesta sessão é o mesmo que foi presente em sessão anterior. Este protocolo é liso e é transparente e os erros que foram apontados não põem em causa a sua legalidade.

Deliberação: A minuta de protocolo de concessão de apoio financeiro entre o Município de Montalegre e a Santa Casa da Misericórdia foi aprovado por unanimidade.

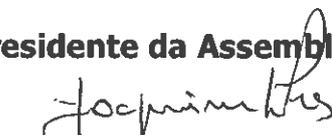
5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

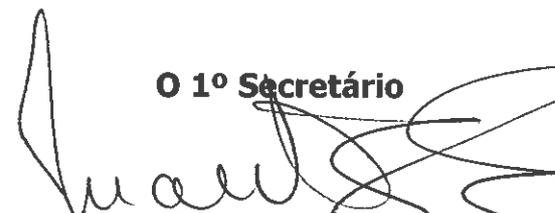
Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta, desta acta, lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram 17H41.

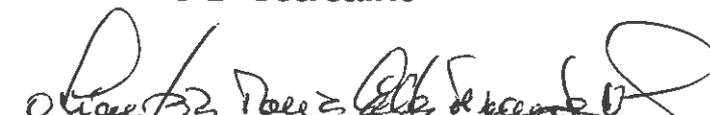
O Presidente da Assembleia


Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário


Manuel António Silva Carvalho

O 2º Secretário


Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas